



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exma. Sra.
Presidente da Comissão de Orçamento,
Finanças e Modernização Administrativa
Deputada Teresa Leal Coelho

Lisboa, 27 de abril de 2017

Assunto: Constituição de um Grupo de Trabalho na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa para avaliação do endividamento público e externo

O problema da dívida pública e da dívida externa é gravíssimo, condicionando profundamente o presente e o futuro do nosso país. A sua resolução exige o escrutínio das suas causas profundas, o diagnóstico da situação atual, a análise da evolução futura e um debate aprofundado das possíveis soluções.

No final de 2016, a dívida pública, na ótica de Maastricht, equivalia a 130% do PIB (241 mil milhões de euros). Na mesma altura, a dívida externa líquida, dada pela posição de investimento internacional, equivalia a 105% do PIB (194 mil milhões de euros). Uma e outra são, em termos relativos, das maiores do mundo e excedem em muito qualquer limiar de sustentabilidade.

Os juros e encargos com a dívida pública ascendem a mais de 8 mil milhões de euros por ano, consumindo recursos que o país precisa desesperadamente para o aumento do investimento público, para a melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, para a promoção do crescimento económico e do emprego e para o combate à pobreza e às desigualdades.

Há seis anos, no dia 5 de abril de 2011, o PCP apresentou uma proposta de renegociação da dívida articulada com medidas que visavam o crescimento económico e o progresso social. Infelizmente, esta proposta não teve acolhimento na Assembleia da República e o país foi conduzido para o desastre pelo Programa da Troica com consequências dramáticas que se traduziram em níveis insuportáveis de desemprego, em baixos salários, na emigração maciça, no alastramento da pobreza e da miséria e no agravamento das injustiças e desigualdades sociais. Quanto à dívida pública não só não diminui como cresceu exponencialmente.

A derrota do Governo PSD/CDS e da sua política de exploração e empobrecimento nas eleições legislativas de outubro de 2015 permitiu iniciar um processo de reposição de

direitos e rendimentos, o qual, apesar de limitado e insuficiente, deu resposta a alguns dos problemas mais urgentes dos trabalhadores e do povo português.

Mas nesta nova fase da vida política nacional, o problema da dívida persiste. Em determinadas situações, conjunturais, a dívida pode até descer ligeiramente em percentagem do PIB, mas qualquer pequena perturbação externa, que o nosso país não controla, atira novamente a dívida para uma trajetória ascendente. Na realidade, Portugal continua tão vulnerável, hoje como no passado, às variações das taxas de juro praticadas pelos mercados, assim como a ataques especulativos como aquele que foi desencadeado contra a dívida soberana em 2010 e 2011.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português propõe a criação, na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, de um Grupo de Trabalho para a avaliação do endividamento público e externo, que, recolhendo informação relevante e realizando audições de um leque alargado de entidades, estruturas e personalidades, possa escrutinar as causas profundas desse endividamento, fazer o diagnóstico da situação atual, analisar a evolução futura e debater as possíveis soluções para este gravíssimo problema.

Os deputados

Paulo Sá



Miguel Tiago

